

METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA:

a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais

Leandro Ribeiro Negreiros¹
Welder Antônio Silva²
Cíntia Aparecida Chagas Arreguy³

Resumo

Apresenta metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia. A metodologia sustenta-se na construção de um mapa conceitual que esquematiza necessidades teórico-práticas e relações interdisciplinares de um curso de Arquivologia, com base na visão de autores da área (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999; SILVA; RIBEIRO, 1999; 2002; FONSECA, 2005; SILVA, 2009) e na utilização da técnica de *brainstorm*. Os procedimentos metodológicos consistiram em: 1) análise do currículo de graduação em arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG à luz do mapa conceitual definido e avaliação quantitativa/qualitativa, buscando identificar pontos positivos e negativos; 2) análise de currículos de outros cursos de Arquivologia ministrados no Brasil, utilizando o mapa conceitual e procurando definir um parâmetro a ser seguido; 3) avaliação do currículo de graduação em arquivologia da UFMG, com base em questionários respondidos pelos professores do curso, com a finalidade de sistematizar opiniões e sugestões; 4) realização de oficinas para elaborar propostas curriculares que levassem em consideração as análises anteriores; 5) construção de uma proposta única para consolidar as avaliações e discussões das etapas anteriores e 6) avaliação da proposta construída sob a perspectiva da legislação educacional pertinente. O texto apresenta um panorama dos currículos de Arquivologia brasileiros, descrevendo tendências no que se refere à formação de discentes na área; discute os processos de reestruturação curricular, apresentando o caso do curso de Arquivologia da ECI/UFMG; expõe a metodologia utilizada; realiza reflexões sobre a metodologia criada, com o intuito de indicar qualidades/melhorias e estudos possíveis a partir dessa iniciativa.

Palavras-chave: Reestruturação curricular; Arquivologia; Metodologia.

¹ Professor Assistente do Curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador e Professor do Curso de Especialização em Gestão de Arquivos e Documentos do Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC-Minas. Bibliotecário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Mestre em Ciência da Informação pela ECI/UFMG.

² Professor Assistente do Curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Curso de Especialização em Gestão de Arquivos e Documentos do Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC-Minas. Arquivista da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Mestre em Ciência da Informação pela UFF/IBICT.

³ Professor Assistente do Curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Abstract

Presents a methodology for analyzing, evaluating and restructuring Archival Science curriculum. The methodology rests on the construction of a conceptual map which outlines theoretical and practical needs and interdisciplinary relationships of a course of Archival Science based on the vision of some writers (COUTURE; MARTINEAU, DUCHARME, 1999; SILVA; RIBEIRO, 1999; 2002; FONSECA, 2005; SILVA, 2009) and using the brainstorming technique. The methodological procedures consisted of: 1) analysis of undergraduate Archival Science curriculum in the Escola de Ciência da Informação at UFMG in the light of the concept map and assessment set quantitative/qualitative, to identify strengths and weaknesses, 2) review of others Brazilian Archival Science curriculum courses, using the concept map, trying to define a parameter to be followed, 3) evaluation of the undergraduate UFMG Archival Science curriculum in UFMG based on questionnaires completed by teachers of the course, with the aim of opinions and suggestions systematizing; 4) workshops to develop curriculum proposals that took into account the previous analyzes, 5) construction of a single proposal to consolidate the evaluations and discussions of the previous steps and 6) evaluation of the proposal built from the perspective of relevant educational legislation. The paper presents an overview of the Brazilian Archival Science curriculum, describing trends in relation to training of students in the area, discusses the process of curriculum restructuring, presenting the Archival Science course of ECI/UFMG; exposes the methodology used; performs reflections on the methodology established in order to indicate qualities/potential improvements and other studies from this initiative.

Keywords: Curricular restructuring; Archival Science; Methodology.

1 Introdução

Com o passar dos anos, a formação do bacharel em Arquivologia sofreu mudanças e ainda necessita de modificações significativas e fundamentais, tendo em vista: as novas tecnologias; as demandas conjunturais e circunstanciais; os novos desafios; a ampliação do mercado de trabalho; os novos papéis do arquivista; a evolução e desenvolvimento das questões epistemológicas e pragmáticas da Arquivologia e a ampliação das suas fronteiras interdisciplinares; os novos perfis de alunos; as trajetórias dos docentes; e os deslocamentos e a ampliação dos locais de formação, de produção de conhecimento e de pesquisa.

Tais mudanças refletem, conseqüentemente, uma demanda por novos conteúdos curriculares, fato este que vem sendo discutido tanto no âmbito daqueles cursos que compõem um quadro mais amplo de vivência e experiências na área, quanto no âmbito dos cursos criados nos últimos anos.

Fato é que essas mudanças não ocorrem na velocidade que as instituições, os cursos, o mercado, os docentes e os discentes carecem e a transição se torna, por vezes, mais lenta, haja vista as dificuldades, tanto teóricas quanto práticas, de se reestruturar uma grade curricular. Nesse caminho, este trabalho objetiva apresentar uma metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia, como forma de facilitar os processos de reestruturação das grades de disciplinas, sistematizar as discussões em reuniões com essa temática e acompanhar as preocupações constantes com as questões de ensino e pesquisa na área.

Este artigo apresenta: um panorama dos currículos de Arquivologia brasileiros, descrevendo tendências no que se refere à formação de discentes na área; discute os processos de reestruturação curricular, apresentando, mais de perto, o caso do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG); expõe a metodologia utilizada, tanto no que se refere a sua sustentação teórica, quanto a seus procedimentos metodológicos; realiza reflexões sobre a metodologia criada, com o intuito de indicar qualidades/melhorias e outros estudos possíveis a partir dessa iniciativa.

2 Processos de reestruturação curricular

De acordo com Goodson (1995, p. 31), a palavra currículo vem da palavra italiana *Scurrere* (correr) e se refere a curso. Segundo esse autor, uma das implicações etimológicas é que currículo define-se como um curso a ser seguido. Nessa visão, contexto e construções sociais não constituem um problema, pois, por implicação etimológica, o poder de “definição da realidade” é posto firmemente nas mãos daqueles que “esboçam” e definem o curso. Mais do que curso a ser seguido, o autor entende o currículo como construção social, primeiramente, em nível da própria prescrição, mas, depois, também em nível de processo e prática. Assim, os currículos são construídos e reconstruídos na prática da escolarização, havendo a participação de alunos e professores nesse processo.

A reestruturação curricular é uma necessidade advinda, por vezes, das modificações da realidade social. Reformar um currículo significa incorporar elementos que garantam sua adequação e legitimidade dentro do contexto educacional e social em que se insere. Nos processos de reforma curricular, o papel do docente é essencial. Em última instância, é aos

professores que cabe a tarefa de implementar no cotidiano da sala de aula o que foi definido quando da elaboração do currículo (MARIZ, 2012, p. 195).

No Brasil, os processos de reestruturação curricular ocorridos nas duas últimas décadas, sobretudo após a aprovação da Lei Federal nº 9131, de 1995 (BRASIL. Presidência da República, 1995), e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL. Presidência da República, 1996), estão relacionados às grandes transformações sofridas pelo sistema capitalista após a chamada “terceira revolução industrial”. Essa nova fase do capitalismo, marcada, sobretudo, pela valorização da informação como mercadoria, permitiu mudanças revolucionárias nos processos produtivo e organizacional da produção, reduzindo os níveis de emprego. O declínio da força de trabalho global é registrado na indústria, na agricultura e até no setor de serviços. Exceção é registrada nas áreas profissionais que lidam com a informação e com o conhecimento, que apresentam um processo de expansão (RIFKEN, 1995 *apud* CATANI; OLIVEIRA; DOUTRADO, 2001). De acordo com esses autores, na ótica empresarial, prevalece o entendimento de que os novos perfis profissionais e os modelos de formação exigidos atualmente pelo paradigma de produção capitalista podem ser expressos, resumidamente, em dois aspectos: polivalência e flexibilidade profissionais. Esses aspectos estariam postos para todos os ramos de atividade e para todas as instituições educativas e formativas, sobretudo escolas e universidades. Nesse contexto, a questão dos currículos de graduação começou a ganhar importância a partir de 1995 e, dentre os principais elementos que desencadearam essa movimentação na área, estão:

- a) a Lei nº 9.131/95 que, ao criar o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu como uma das competências desse órgão deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo MEC, para os cursos de graduação (letra “c” do parágrafo 2º do art. 9º);
- b) a nova LDB que, no inciso II do artigo 53, cria a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e permite a eliminação dos chamados *currículos mínimos*, tornando os currículos de graduação mais flexíveis;
- c) a intensificação das discussões internacionais e nacionais sobre diplomas e perfis profissionais, face as mudanças na sociedade contemporânea e, particularmente, no mundo do trabalho;
- d) o processo desencadeado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, em 1997, objetivando a implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação;
- e) a definição de Padrões de Qualidade para os Cursos de Graduação, pela SESu;
- f) o estabelecimento de critérios sobre a constituição de comissões e procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores;

g) o posicionamento assumido pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação, especialmente no Plano Nacional de Graduação, em prol de Diretrizes Curriculares gerais e do fortalecimento dos projetos pedagógicos institucionais e dos cursos de graduação (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 73).

Ainda de acordo com esses autores, a flexibilização curricular presente na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação está intimamente associada à reestruturação produtiva do capitalismo global, particularmente à acumulação flexível e à flexibilização do trabalho. Está associada, também, à ideia de que só a formação de profissionais dinâmicos e adaptados às rápidas mudanças no mundo do trabalho e às demandas do mercado de trabalho poderá responder aos problemas de emprego e de ocupação profissional. (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 77).

No caso dos cursos de Arquivologia, as enormes transformações vivenciadas pela área têm levado a profundas reflexões sobre a própria configuração da profissão de arquivista, devido à grande transformação de seu objeto, o documento. Este vem se materializando em diversos formatos e suportes, que demandam novos conhecimentos e novas formações, antes pouco explorados ou valorizados pela profissão. Mais do que gerir, guardar, conservar e dar acesso a documentos em suporte tradicional, o arquivista deve estar apto a lidar com uma infinidade de suportes e formatos surgidos no contexto da chamada “revolução digital”. Documentos codificados em dígitos binários têm o potencial de transformar a profissão de arquivista da mesma maneira que a imprensa revolucionou a escrita.

Nesse contexto de mudanças, os cursos de Arquivologia têm que fornecer o instrumental teórico-prático para a formação de um novo profissional, cujo embasamento nos clássicos conceitos da arquivística devem ser valorizados e reforçados. Assim, desde meados dos anos 1990, os cursos de Arquivologia implantados no país vêm passando por ajustes, de modo a adequar os currículos à ideia da flexibilização curricular e ao fim dos chamados currículos mínimos. Além disso e, ao mesmo tempo em que se transformam, os cursos se tornam mais adequados às novas demandas da área de atuação do arquivista. O profissional formado por esses cursos deve estar apto a interagir com toda a estrutura organizacional das instituições, atuando como gestor da “informação arquivística”, com o objetivo de atender à administração, além de zelar e proteger a memória e a cultura nacionais e de produzir conhecimento através de pesquisas científicas (MARIZ, 2012, p. 189).

3 Um retrato dos currículos de Arquivologia no Brasil

Em 1970, Astrea de Moraes e Castro, Chefe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados e membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros, encaminhou ao Conselho Federal de Educação um projeto para a criação do Curso Universitário de Arquivos nas Universidades Brasileiras. No projeto oferecido ao Conselho Federal de Educação (CFE), constava a justificativa para a criação do Curso Superior de Arquivos, a sugestão de um Currículo e os Programas das Disciplinas. Astrea sugeriu que o curso de Arquivologia deveria se estender por, no mínimo, três anos e, no máximo, por cinco, com duração de 2400 horas; constando no seu currículo mínimo⁴ as seguintes disciplinas: Técnica e Ciência dos Arquivos; História do Brasil; Geografia Geral e Cartografia; História do Direito e das Instituições Brasileiras e Portuguesas; Notariado; Organização Administrativa e Constitucional Brasileira; Bibliografia; Genealogia e Heráldica; Paleografia, Diplomática e Sigilografia; Noções de Estatística; Noções de Contabilidade Geral e Pública; Francês e Inglês; Conservação de Documentos; Reprodução de Documentos; e Informática (CASTRO, 1973).

Acreditava-se, nessa época, que o nível universitário traria como consequência a elevação da carreira de arquivista em todo o país, banalizando de uma vez por todas as práticas eruditas e a omissão por parte do governo brasileiro quanto às causas arquivísticas. O projeto foi aprovado em 7 de março de 1972.

Com a autorização do CFE, para a criação do Curso Universitário de Arquivologia, em 1972, a formação em arquivologia recebeu, em janeiro de 1973, um mandato universitário brasileiro, quando o Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional, criado em 1960, na gestão de José Honório Rodrigues, passou a ser reconhecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Porém, seu currículo mínimo foi aprovado em 1974⁵, abrangendo 12 disciplinas: Introdução ao Estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo (I a V); Documentação; Introdução à Administração; História

⁴ Astrea de Moraes e Castro contou com a ajuda das professoras Celina Coelho de Jesus, Lourdes Costa e Souza, Maria Luiza Stallard Dannemann e Marilena Leite e Paes para a elaboração do Currículo do Curso Superior de Arquivos.

⁵ Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, do CFE.

Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado; e Uma Língua Estrangeira Moderna. O curso foi fixado em 2160 horas-aulas, as quais eram distribuídas entre três e cinco anos, incluindo, ainda, um estágio supervisionado em instituição especializada, devendo conter 10% do total das horas-aulas previstas. O curso oferecia a habilitação geral (Bacharelado), mas a resolução do CFE possibilitava a criação de algumas habilitações específicas como: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos, Arquivos Oficiais, Arquivos Científicos etc.

Passados 42 anos, hoje, no Brasil, são oferecidos 15 cursos de Arquivologia, a saber: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), criado em 1973; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado em 1977; Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 1979; Universidade de Brasília (UnB), criado em 1991; Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1997; Universidade Estadual de Londrina (UEL), criado em 1998; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), criado em 1999; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2000; Universidade Estadual Paulista (UNESP – Marília), criado 2003; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), criado em 2006; Universidade Federal do Rio Grande (FURG), criado em 2008; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), criado em 2008; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criado em 2009; Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criado em 2009; e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 2010⁶.

Em 2010, os docentes e pesquisadores em Arquivologia das universidades brasileiras, reunidos em Brasília, durante a I Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), recomendaram a criação de um grupo de trabalho para estudar a harmonização mínima dos currículos de Arquivologia no Brasil, respeitando as contingências históricas e as configurações atuais de cada curso. Na ocasião, docentes representantes dos 15 cursos de graduação em Arquivologia brasileiros apresentaram o histórico (particularidades, percurso, problemas e desafios) e a situação, naquele momento, do ensino e da pesquisa, dos seus

⁶ No *site* do Ministério da Educação consta que existem cursos de Arquivologia em atividade na Universidade Federal do Pará (UFPA) e no Centro Universitário Assunção (UNIFAI), todavia não constam as datas de criação dos referidos cursos. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Tais informações também não foram encontradas nos *sites* das referidas universidades. Disponíveis em: <<http://www.portal.ufpa.br/>> <<http://www.icsa.ufpa.br/>>, <http://www.unifai.edu.br/principal_inter.asp> e <http://www.unifai.edu.br/internet_cat_curso.asp?cod_curso_tipo=1>. Acesso em: 20 jul. 2012.

respectivos cursos, “constituindo uma visão ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica da graduação em Arquivologia no Brasil” (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 13). Em relação aos currículos, os dados apresentados serão abordados abaixo.

Na UNIRIO, o currículo, que estava na terceira edição, possuía uma carga horária de 2.400 horas, mantendo articulados teoria e prática, por meio de estágios curriculares (360 horas), prática de organização em arquivos e iniciação à pesquisa. Este currículo foi implantado em 2007 e trouxe, como inovação, uma menor quantidade de disciplinas obrigatórias e igual carga horária de disciplinas optativas (840 horas), maior flexibilidade nos pré-requisitos, um caráter mais humanista, crítico e menos técnico, maior importância à pesquisa, inclusão de atividades complementares (160 horas de atividades de enriquecimento curricular e de natureza acadêmica, cultural, artística, científica, ou tecnológica, que possibilitam a complementação da formação no âmbito do conhecimento de diferentes áreas do saber e/ou no âmbito da preparação ética, estética e humanística) (MARIZ; SILVA, 2011, p. 340-350).

Na UFSM, o currículo em vigor era de 2004 (segunda edição). Todavia, a grade curricular estava em conformidade com a Resolução 28/1974 do CFE, que exigia currículo mínimo. O currículo, à época do I Reparq, exigia 2550 horas para integralização, sendo 1845 horas em disciplinas obrigatórias, 225 horas em estágio supervisionado e 480 horas em disciplinas complementares de graduação (300 horas) e atividades complementares de graduação (180 horas). A parte fixa do currículo (disciplinas obrigatórias e em estágio supervisionado) estavam distribuídas em 7 semestres (CASTANHO; SILVA, 2001, p. 287-292).

Na UFF, o currículo, também implantado em 2007 e na terceira edição, possuía uma carga horária de 2.660 horas e estava composto por um núcleo de formação comum entre os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, um núcleo de formação específica (1950 horas para os dois núcleos) e um núcleo de formação complementar (320 horas), com disciplinas optativas (150 horas) e atividades acadêmicas complementares (240 horas) também para os dois cursos. Em relação às atividades acadêmicas, estas compreendiam, na ocasião, a participação dos discentes em atividades de pesquisa, monitoria, extensão, eventos e outras atividades acadêmicas e culturais, orientadas por docentes, e estágios supervisionados sob responsabilidade de cada docente (120 horas) (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2011, p. 424-429).

Na UnB, os conteúdos curriculares (que se encontravam na primeira edição) abrangiam um núcleo básico de conhecimentos – composto por disciplinas obrigatórias e que compunham a identidade específica do curso – e uma flexibilização na estrutura curricular para atender aos interesses e necessidades particulares dos discentes e ampliar as oportunidades de realizarem atividades acadêmicas, científicas, culturais, de extensão e complementares - composto por disciplinas optativas e módulo livre, respectivamente. Os discentes deveriam cumprir 2400 horas, das quais 1560 horas seriam de disciplinas obrigatórias e 240 horas de estágio supervisionado (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 113-119).

Na UFBA, o currículo estava na segunda edição, implementada em 2009, e possuía uma carga horária de 2445 horas. Estas 2445 horas foram divididas entre componentes obrigatórios (1921 horas), componentes optativos (374 horas) – oferecidos a partir do quinto semestre - e atividades complementares (150 horas). Entre os componentes obrigatórios, encontrava-se um estágio de 306 horas (FREIXO, 2011, p. 214-215).

Na UEL, o currículo, que se encontrava na terceira edição, implantada em 2010, exigia que o discente cumprisse 3060 horas. A carga horária foi dividida em 8 semestres letivos, sendo 2652 horas destinadas às disciplinas obrigatórias, 408 horas às disciplinas optativas e 102 horas às atividades acadêmicas do curso ou atividades pedagógicas complementares (estágio voluntário, participação em eventos da área ou correlatos, cursos extracurriculares na área ou correlatos e atividades de pesquisa – participação em projetos). Os estágios e o TCC tinham uma carga horária semestral de 90 horas⁷. As disciplinas foram inseridas em 6 eixos integradores: fundamentos teóricos e práticos da arquivística; gestão arquivística da informação; gestão de documentos arquivísticos; instrumentalização arquivística; pesquisas e práticas profissionais; e tecnologia da informação (ARAUJO; BARTALO; LUNARDELLI, 2011, p. 165-168).

Na UFES, o currículo previa uma carga horária de 3030 horas, destas, 1530 horas eram obrigatórias e 1500 horas eram optativas, sendo que, para integralizar o curso, precisava cumprir 1530 horas da carga horária obrigatória e 870 horas da carga horária optativa. As disciplinas foram agrupadas em 4 grandes famílias: fundamentos da arquivística; funções

arquivísticas; organização e gestão dos serviços arquivísticos (em que constam os estágios supervisionados e o TCC); e disciplinas contributivas à formação do aluno (MALVERDES; MORAES, 2011, p. 316-318).

Na UFRGS, o currículo oferecia uma sequência de disciplinas obrigatórias e eletivas, as quais estavam agrupadas em 3 áreas, abrangendo os conteúdos mínimos fixados pelo CFE, a saber: fundamentação geral; habilidades instrumentais; e conhecimentos específicos. Na prática, o currículo oferecia 30 disciplinas (116 créditos) de caráter obrigatório; 42 disciplinas de caráter eletivo, das quais o discente precisava cursar 16 créditos para integralização curricular. Além disso, o aluno necessitava integralizar 9 créditos complementares, entre uma série de atividades dispostas, e cumprir atividades de ensino computadas em número de horas, sendo 2 estágios curriculares obrigatórios, de 150 horas cada, uma atividade de introdução ao TCC, de 30 horas, e o TCC, com carga de 150 horas, totalizando 2625 horas (CONRADO; TEIXEIRA, 2011, p. 389-402).

Na UNESP-Marília, o currículo, que estava na sua primeira edição, era composto por um núcleo geral e um núcleo específico, somando juntos 2772 horas. O discente também tinha que cursar 60 horas de disciplinas optativas e 252 horas de estágio supervisionado. O currículo foi estruturado a partir da base teórica da Ciência da Informação, preservando as especificidades das áreas no caso, Arquivologia e Biblioteconomia, de modo que eram oferecidas disciplinas comuns aos dois cursos (BIZELLO; MADIO, 2011, p. 190-195).

Na UEPB, o currículo, que se encontrava na sua primeira edição, tinha como base os blocos de atividades básicas (2160 horas), complementares (1160 horas) e eletivas (200 horas), totalizando 3520 horas. O primeiro bloco configurava-se no eixo temático de gestão da informação arquivística, enquanto o segundo e o terceiro configuravam-se no eixo temático de recursos interdisciplinares para a gestão da informação arquivística e no eixo temático dos conhecimentos adicionais para a gestão da informação arquivística, respectivamente (BARRANCOS, 2011, p. 127-134).

Na FURG, o currículo estava na sua primeira edição, compreendendo uma carga horária de 2400 horas, dividida entre disciplinas obrigatórias (1590 horas), disciplinas optativas (450

⁷ Considerou-se, nesse caso, a hora/aula de 60 minutos.

horas), estágios (240 horas), TCC (120 horas) e atividades complementares (240 horas). As atividades complementares compreendiam: atividades tecnocientíficas relacionadas à Arquivologia (participação como assistente, organizador ou colaborador em eventos científicos e acadêmicos); visitas técnicas, cursos extracurriculares, estágios voluntários e monitorias; atividades relacionadas a programas e projetos de iniciação científica e tecnológica, projetos de extensão, participação em grupos de estudo, publicação de produção intelectual e tecnocientífica em anais de eventos, periódicos especializados, coletâneas, jornais e outras publicações (SCHIAVON; SILVA, 2011, p. 362-363).

Na UFPB, o currículo também estava na sua primeira edição e os conteúdos básicos profissionais possuíam 1440 horas e os conteúdos complementares, 1320 horas, totalizando 2760 horas. Os conteúdos profissionais estavam divididos em conteúdos de formação básica (1140 horas) e estágios supervisionados (300 horas), enquanto os conteúdos complementares estavam divididos em conteúdos complementares obrigatórios (960 horas), conteúdos complementares optativos (240 horas) e conteúdos complementares flexíveis (120 horas) (BRITO, 2011, p. 237-238).

Na UFMG, o currículo, que se encontrava na sua primeira edição, foi constituído em conjunto com os currículos de Biblioteconomia e Museologia. O currículo estava estruturado em 3 partes: tronco comum aos 3 cursos, tronco específico e flexibilização curricular, somando 2400 horas. O tronco comum era constituído por 960 horas, distribuídas em 17 disciplinas. O tronco específico era constituído por 570 horas, distribuídas em 10 disciplinas. O tronco de flexibilização era constituído de 630 horas as quais deviam ser cumpridas em outras atividades acadêmicas como: formação complementar (disciplinas optativas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Direito, Administração e Negócios, Ciência da Computação, Ciências Humanas, Preservação e Conservação de Bens Culturais ou Artes e Educação); formação livre (atividades acadêmicas que não fazem parte de sua formação específica ou complementar, com base em seus interesses individuais); e outras atividades geradoras de crédito (participação em eventos, atividades de extensão, publicações e outras.) (PAIVA, 2011, p. 255-258).

Na UFAM, o currículo, que também estava na primeira edição, contemplava conteúdos gerais e específicos, os quais estavam reunidos em 5 grupos de disciplinas/atividades: formação

geral, formação específica, formação complementar, atividades complementares e estágio curricular. O currículo compreendia 2625 horas (157 créditos). As disciplinas obrigatórias relativas ao conteúdo formação geral integralizavam 34 créditos. As disciplinas obrigatórias relativas ao conteúdo formação específica, entre elas o TCC, integralizavam 105 créditos. As disciplinas optativas relativas ao conteúdo formação complementar integralizavam 23 créditos, mas o discente só era obrigado a cumprir 14. O módulo livre relativo ao grupo de atividades complementares integralizavam 7 créditos (LIMA, 2011, p. 304-307).

Na UFSC, o curso tinha sido criado naquele ano de 2010 e o currículo previa 2826 horas. O currículo possuía disciplinas obrigatórias (2268 horas), disciplinas optativas (432 horas), estágio obrigatório (144 horas), atividades práticas (126 horas) e TCC (144 horas). Os conteúdos estavam distribuídos em atividades acadêmicas de formação geral, atividades acadêmicas destinadas a oferecer referências de outros campos de conhecimentos complementares e indispensáveis à formação em Arquivologia (BAHIA; SOUZA; BLATTAMAN, 2011, p. 274-275).

Como se percebe, à época da I Reparq, os cursos de Arquivologia do país, de forma geral, apresentavam semelhanças e divergências, sendo que as últimas são bastante perceptíveis quando as questões são: a quantidade de horas/aula (entre 2400 e 3520 horas) e a forma de estruturação dos currículos: currículo mínimo; núcleo de formação comum entre cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, algumas vezes tendo como base a Ciência da Informação; agrupamento das disciplinas por famílias, áreas, eixos integradores, blocos e grupos com diferentes perspectivas.

Ainda sobre os cursos de graduação e currículos de Arquivologia no Brasil, Souza (2011, p. 93-112), na obra *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*, fez uma análise e constatou que:

- a) os diferentes espaços geográficos, as demandas do mercado de trabalho e a vertente dos currículos influenciam nos objetivos dos cursos;
- b) somente dois cursos, UFBA e UFSM, possuem objetivos similares que concentram-se na valorização dos arquivos. Enquanto a pesquisa científica está presente nos objetivos do curso da UNESP-Marília, o mercado de trabalho tem uma posição destacada no curso da

- FURG e os demais cursos apresentam, como objetivos, a gestão de acervos, a gestão de sistemas de informação com aplicação das novas tecnologias, além de enfocarem a política de acesso;
- c) o programa acadêmico do curso da UnB possui uma vertente orientada aos arquivos públicos, o da UNIRIO possui uma vertente acadêmica com ênfase na pesquisa, o da UFSM possui uma vertente profissional de caráter privado e o programa acadêmico do curso da UFRGS possui uma vertente dirigida à gestão de documentos eletrônicos;
 - d) os currículos, em linhas gerais, apresentam disciplinas em comum, que podem ser agrupadas em disciplinas vinculadas à arquivística e à informação e em disciplinas interdisciplinares;
 - e) as disciplinas vinculadas à arquivística e à informação revelam um equilíbrio, sendo que aquelas que aprestam maior semelhança são: Arranjo e Descrição de Documentos, Avaliação de Documentos, Conservação Preventiva de Arquivos, Diplomática I e II, Estágio Supervisionado I e II, Gestão de Documentos I, Introdução à Arquivologia, Paleografia, Projetos e Sistemas de Arquivos, Reprografia e Microfilmagem e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
 - f) as disciplinas interdisciplinares revelam similaridade, sendo que aquelas que apresentam uma maior coesão são: Direito Notarial, Estatística Aplicada, Inglês Instrumental, Instituições de Direito Público e Privado, Metodologia da Pesquisa Científica, Organização e Métodos;
 - g) as discussões sobre harmonização dos cursos de Arquivologia, no Brasil, estão pouco desenvolvidas.

Acrescenta-se às análises da autora que, em alguns momentos, as disciplinas integrantes dos currículos de Arquivologia estão estruturadas e orientadas segundo as funções e atividades arquivísticas (gestão de documentos, classificação, arranjo, descrição, avaliação, preservação, acesso e outras.); em outras situações, segundo o ciclo de vida dos documentos (arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes) e, ainda, em outras circunstâncias, segundo as duas perspectivas.

Antes de finalizar esta seção, é importante registrar aqui que, a respeito das competências do arquivista e do profissional que os cursos de Arquivologia do país desejam formar, Souza (2011, p. 112) destaca que:

Na Uni-Rio, o profissional de arquivo é o responsável por planejar, projetar, e administrar a organização de arquivos, mediante técnicas de microfilmagem, informática, preservação e restauração de documentos. A consideração do arquivista como pesquisador é um fator diferenciador apresentado pelo curso como atributo desse profissional. O curso da UFES e da UEL destacam a atuação do profissional de arquivo como responsável pela supervisão e coordenação de sistemas de gestão de informação. No curso da UNESP, a preservação da memória se destaca como uma das atribuições principais do arquivista e a ministração do ensino como prática arquivística foi revelada como atribuição da UFF.

4 O caso do curso de Arquivologia da UFMG

O curso de Arquivologia da ECI/UFMG foi criado dentro do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse programa, de acordo com documento do Ministério da Educação, tem como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (nível de graduação), para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL. Presidência da República, 2007, p. 10).

Esse curso foi concebido por docentes da ECI/UFMG que, ao final dos anos 2000, estudavam a reformulação de seu curso de graduação em Biblioteconomia, criado no ano de 1950. De acordo com documento do Projeto Pedagógico do curso, datado de 2011, para esse trabalho integrado:

[...] foram formadas sete subcomissões temáticas, com o objetivo de discutir as disciplinas dos cursos: Fundamentos teóricos e metodológicos da Ciência da Informação; Princípios gerais da organização e tratamento da informação; Usuários da informação; Fundamentos culturais, políticos e sociais da informação; Gestão da informação; Fontes e uso da informação; e Tecnologias da informação. Posteriormente, foi criada uma Comissão especial para o planejamento do curso de Arquivologia. Ao longo do processo, várias reuniões das comissões e entre seus representantes foram necessárias para discutir e validar os avanços e, também, reconstruir o projeto (MINAS GERAIS, 2011, p. 13).

Nesse mesmo processo, discutia-se, ainda, o terceiro curso de graduação da Escola: o curso de Museologia. A criação imediata do curso de Arquivologia foi facilitada pelo fato de ele ter

sido criado paralelamente à reestruturação do curso de Biblioteconomia, pela competência docente já instalada na Escola de Ciência da Informação e em outras unidades da UFMG e pela “estrutura de ensino, pesquisa e extensão, com as quais o conhecimento específico da Arquivologia mantém fronteiras” (ALVARENGA; ARAÚJO; LOURENÇO, 2008, p. 4). O curso foi, então, implantado a partir do Parecer da Câmara de Graduação, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, nº 304, de 2008 (MINAS GERAIS, 2008). A primeira turma ingressou no primeiro semestre de 2009 (MINAS GERAIS, 2011, p. 13).

Criado, então, dentro das diretrizes de flexibilização curricular estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, o projeto pedagógico do curso tem na Ciência da Informação o núcleo comum de formação dos profissionais da informação (arquivistas, bibliotecários e museólogos). Essa postura significa compartilhamento dos recursos materiais e da competência instalada na Escola de Ciência da Informação. Todo esse esforço de integração não pôde deixar, é claro, de demarcar as devidas fronteiras entre as três áreas, dando espaço às necessidades específicas de formação. O modelo proposto para o curso enfatiza a gestão de documentos arquivísticos nas organizações, contudo as disciplinas oferecidas garantem uma capacitação aos alunos para que desenvolvam todas as atividades do ciclo de vida dos documentos, conforme as Diretrizes Nacionais para a área (MINAS GERAIS, 2011, p. 17).

De acordo com relatos dos professores que compuseram a comissão que se dedicou à criação dos cursos, as propostas curriculares construídas naquele momento em que os cursos de Arquivologia e Museologia foram gestados deveriam ser revistas quando da contratação por concurso público dos professores com formação teórica e prática nas respectivas áreas.

No caso do curso de Arquivologia, findo o ano de 2010, o quadro de professores contratados para atuarem na área estava completo. Caberia a todos os professores, no ano seguinte e no início de 2012, dedicarem-se à tarefa de reformulação do currículo apresentado ao Ministério da Educação no ano de 2008.

Essa reformulação teria como objetivo garantir uma formação em consonância com os objetivos expostos no Projeto Pedagógico do curso, bem como trazer para a sala de aula todos os aspectos relevantes da profissão em que o egresso do curso se inseriria. Nesse contexto, no

ano de 2011, iniciou-se o processo de reestruturação curricular cuja metodologia será descrita na próxima seção.

5 Sustentação teórica: o mapa conceitual e seus desdobramentos práticos

A metodologia apresentada definiu-se a partir de estudos já realizados por autores da área de Arquivologia que se dispuseram a estudar a formação arquivística. Esses representantes preocuparam-se em sistematizar a importância da formação profissional, disciplinas, modos, lugares e níveis. Embora muitos estudos tenham um viés prático, que dá atenção, muitas vezes, às necessidades do mercado de trabalho, por exemplo, outros, por sua vez, tendem a considerar, principalmente, a natureza teórica que orienta os programas de formação dos discentes da área.

Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33), trataram dos “elementos de organização que implicam a instauração de uma formação profissional inicial em arquivística”, que abrangem a instituição de vinculação do curso, os recursos humanos e materiais envolvidos e os recursos sócio-políticos; e dos “elementos pedagógicos”, que alcançavam as condições de admissão e os pré-requisitos dos cursos de Arquivologia, os métodos de ensino específicos da disciplina, as modalidades de avaliação e a configuração dos diplomas emitidos pelas instituições acadêmicas. Mas são “os elementos de conteúdo”, tratados pelos autores, o que mais interessou ao raciocínio metodológico que se pretendeu construir: as matérias consideradas referentes ao conhecimento arquivístico mínimo (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 39).

O quadro abaixo sistematiza a pesquisa feita pelos autores para a proposição de disciplinas:

Quadro 1 – Proposições de disciplinas

Arquivística pura	História sob medida	Ciências da informação	Ciências conexas
Arquivística fundamental	História dos arquivos	Fundamentos das Ciências da informação	Organização e gestão de um serviço de arquivos
Gestão de arquivos	História da gestão dos documentos e dos arquivos	Acesso, recuperação e difusão da informação	Análise das necessidades (diagnóstico)
Gestão de documentos	História da profissão de arquivista	Referência e estudo de usuários	Contabilidade
Funções arquivísticas	História das instituições arquivísticas	Preservação e conservação	Automatização da gestão
Diplomática e arquivística descritiva	História da administração	Análise e design de sistemas de informação	Sociologia da administração

Políticas e gestão de programas arquivísticos	História do contexto social	Bases de dados	Línguas vivas
Legislação e questões jurídicas	História intelectual	Utilização de novas tecnologias	
Suportes especiais	Ciências e tecnologias de interpretação histórica	Gestão dos documentos eletrônicos	
Documentação oral	Geografia histórica		
Iniciação à pesquisa arquivística	Métodos de pesquisa histórica		

Fonte: COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME (1999, p. 74).

Os autores apresentaram, ainda, a “tipologia dos campos de pesquisa em arquivística”:

Quadro 2 – Tipologia dos campos de pesquisa em arquivística

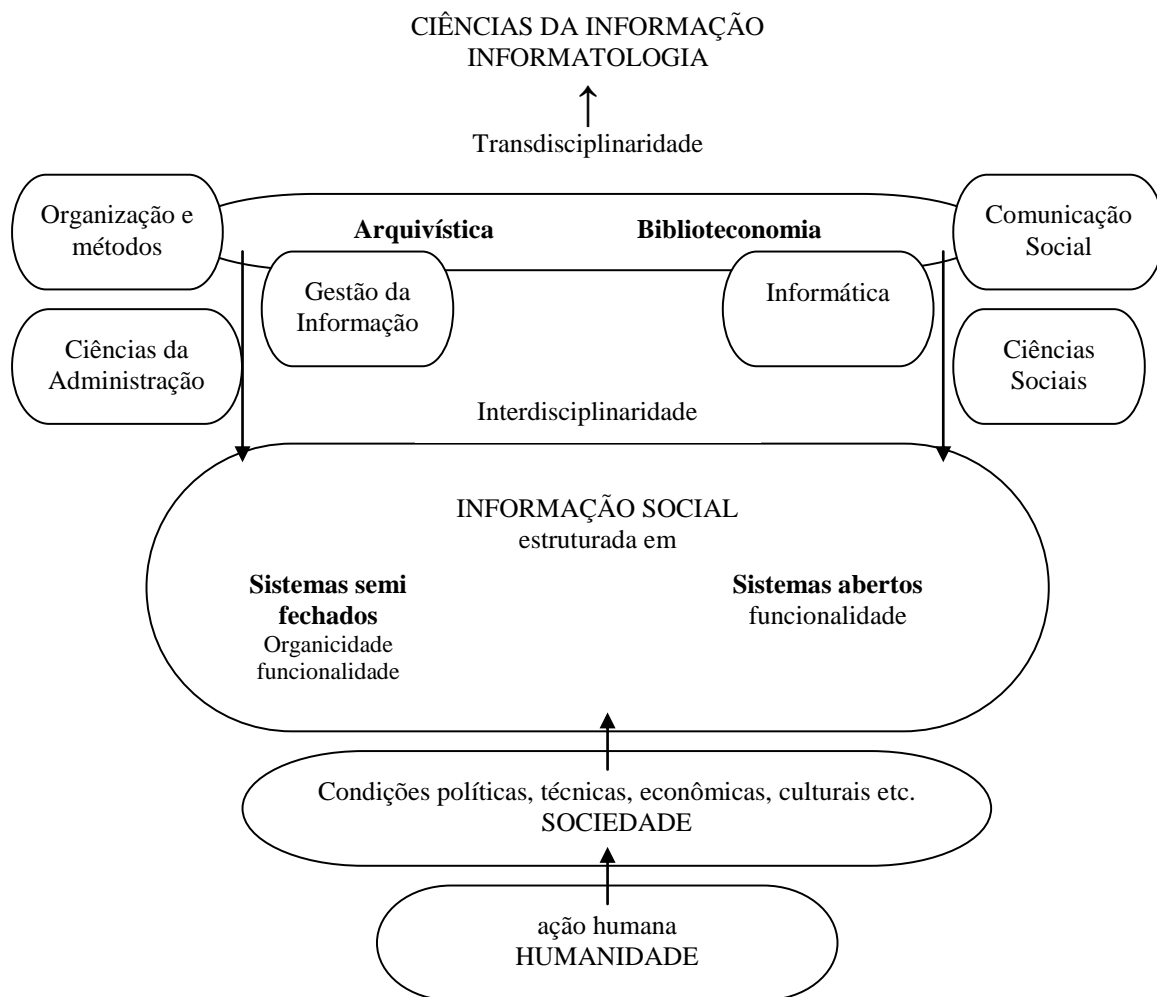
	Campos de pesquisa	Descrição do conteúdo
1	Objeto e finalidade arquivística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivos enquanto objetos de intervenção (informação/documento/arquivos) ▪ Finalidade: conservação, acesso, eficácia administrativa e outras ▪ Utilidade de arquivos
2	Arquivos e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Papel social e lugar da arquivística na sociedade ▪ Arquivística, enquanto disciplina ▪ Arquivística, enquanto profissão
3	História dos arquivos e da arquivística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ História dos arquivos ▪ Desenvolvimento dos princípios e das bases da arquivística
4	Funções arquivísticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, preservação e difusão
5	Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teoria e prática das organizações ▪ Planificação e avaliação dos programas ▪ Gestão, marketing e relações públicas
6	Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática aplicada aos arquivos ▪ Sistemas de informação, telecomunicação e redes
7	Suportes e tipos de arquivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais ▪ Microformas e outros suportes ou tipos de arquivos
8	Meio profissional dos arquivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições governamentais ▪ Instituições de ensino e pesquisa ▪ Instituições religiosas ▪ Outras instituições
9	Problemas particulares relativos aos arquivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética ▪ Acesso à informação e proteção da vida privada ▪ Outros

Fonte: COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME (1999, p. 76).

Silva e Ribeiro (1999) discutiram as relações da Arquivologia com outras áreas do conhecimento, sob o ponto de vista do entendimento do Arquivo como um sistema de informação. O campo científico é definido como um sistema que tem a Arquivologia e a Biblioteconomia como pólos principais e que estabelecem relações transdisciplinares com a Ciência da Informação. Esses autores tratam a informação social que, por sua vez, está

estruturada em sistemas semifechados, que remetem à organicidade e à funcionalidade dos arquivos, e semiabertos, que estão relacionados, também, à funcionalidade, e que estabelecem relações interdisciplinares com a Organização e Métodos, a Gestão da Informação, as Ciências da Administração, a Informática, a Comunicação Social e as Ciências. Esses dois subsistemas estão condicionados às condições políticas, técnicas, econômicas e culturais da sociedade e à ação humana (Figura 1).

Figura 1 – Diagrama do campo científico da Arquivística



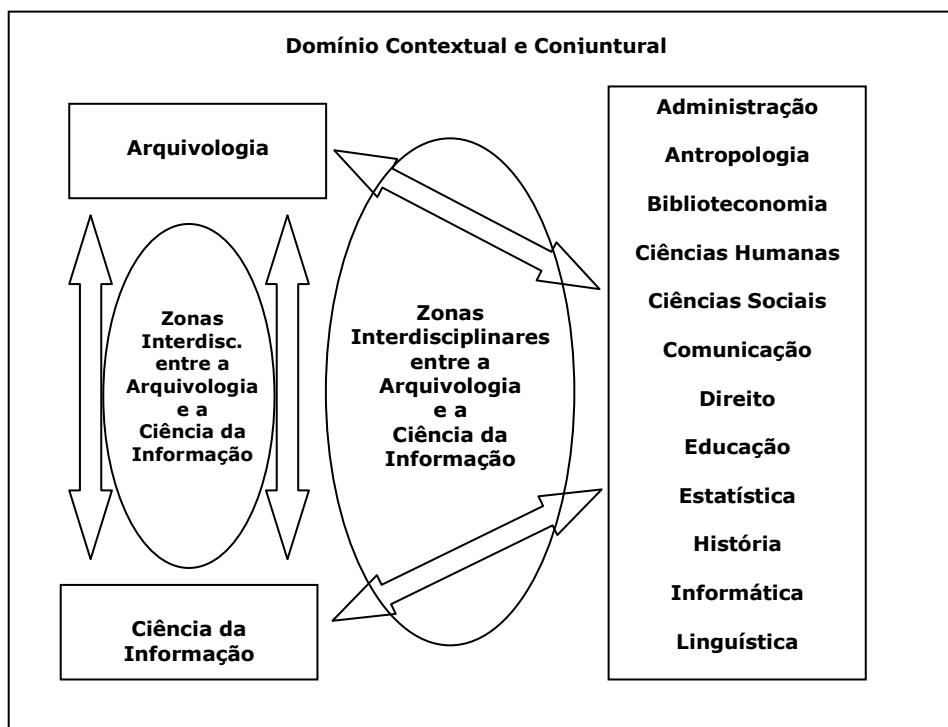
Fonte: SILVA; RIBEIRO (1999, p. 42).

A discussão interdisciplinar da Arquivologia com outras áreas do conhecimento foi novamente discutida por Silva e Ribeiro, em 2002. Os autores propõem, novamente, uma abordagem sistêmica, em que a Arquivologia constitui uma “Ciência da Informação unitária”, incorporando-se à Biblioteconomia, à Documentação e aos Sistemas Tecnológicos de Informação. Os autores chegaram a falar do fenômeno “transdisciplinaridade”, como aquele que melhor definiria as relações entre as diversas disciplinas.

Fonseca, em 2005, tratando das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, utilizou uma adaptação do esquema temático concebido por Couture, Martineau e Ducharme (1999) para analisar artigos e periódicos, “dada a sua importância para a discussão da autonomia da área enquanto campo disciplinar [...]”. As categorias utilizadas pela autora foram: objetivo e finalidade da arquivística; história dos arquivos e da Arquivologia; gestão de programas, serviços e instituições arquivísticas; suportes e tipos de arquivos; legislação e ética; arquivo e sociedade; funções arquivísticas; tecnologias; formação e pesquisa.

As relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação foram também discutidas por Silva (2009). O autor identificou, através da análise de conteúdo de entrevistas com docentes de cursos de Arquivologia, evidências indicativas de zonas interdisciplinares entre as duas áreas. Essas representações estão identificadas na Figura 2, abaixo:

Figura 2 – Relações interdisciplinares da Arquivologia e da Ciência da Informação



Fonte: SILVA (2009, p. 161).

De posse desses raciocínios, foi possível definir uma proposta que sistematizasse e consolidasse os estudos já realizados, o que será apresentado nos procedimentos metodológicos deste trabalho.

4.1 Procedimentos metodológicos

A metodologia para análise e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia aqui apresentada desenvolveu-se e foi utilizada durante todo o ano de 2011 e início do ano de 2012, quando o curso de Arquivologia da ECI/UFMG se propôs a iniciar os estudos de reestruturação curricular. Estiveram envolvidos nessas atividades todos os nove professores do curso, incluindo os autores deste trabalho, e uma professora, na época coordenadora do curso⁸.

Os procedimentos metodológicos compreenderam seis fases, a saber:

a) fase 1: construção da base metodológica

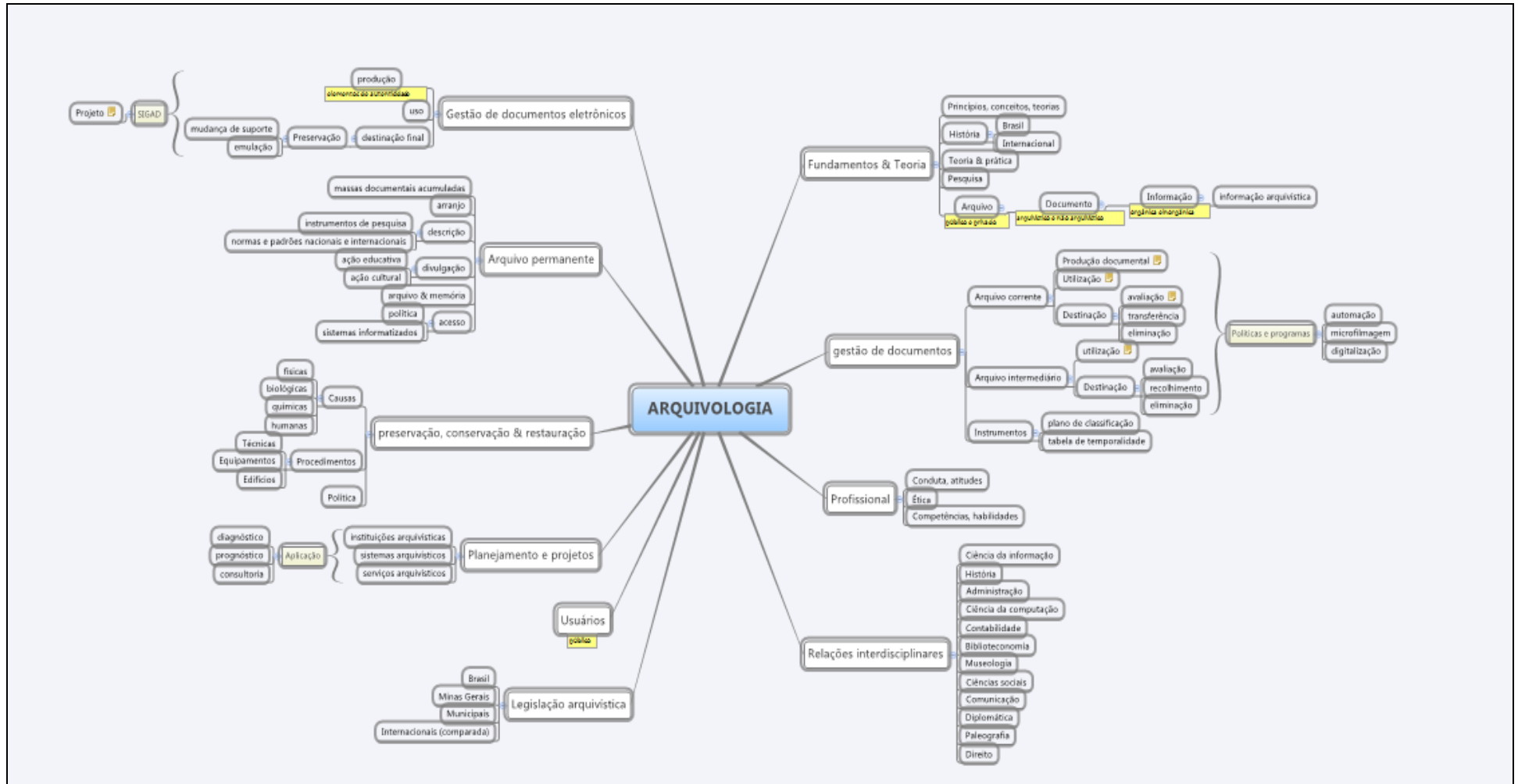
Nessa primeira fase, construiu-se um mapa conceitual⁹ que representasse os conteúdos e as competências necessárias à formação do arquivista, definidas a partir dos estudos apontados na seção 4. Utilizou-se, ainda, a técnica de *brainstorm*¹⁰ e as categorias definidas pelo grupo de professores também foram incorporadas ao mapa conceitual (Figura 3).

⁸ Nossos agradecimentos para os professores: Adalson de Oliveira Nascimento, Alessandro Ferreira Costa, Ivana Denise Parrela, Marília de Abreu Martins de Paiva, Marta Eloísa Melgaço Neves, Renato Pinto Venâncio e Vera Lúcia Furst Gonçalves Abreu.

⁹ Muito utilizados nos estudos de ensino, os mapas conceituais “podem ser utilizados como uma linguagem para descrição e comunicação de conceitos [...]. Representam uma estrutura que vai desde os conceitos mais abrangentes até os menos inclusivos” (SOUZA, [200-?], s. p.). O autor, afirma que esses mapas: “Em sua essência, provêm representações gráficas de conceitos em um domínio específico de conhecimento, construídos de tal forma que as interações entre os conceitos são evidentes” (SOUZA, [200-?], s. p.). Essas interações são representadas por conectores, que não foram utilizados para a estruturação das categorias na metodologia ora apresentada.

¹⁰ Esse termo pode ser traduzido livremente por “tempestade de ideias”. Consiste em uma dinâmica de grupo, utilizada para potencializar a participação de seus integrantes e, no caso apresentado, foi utilizado com o objetivo de se estabelecer categorias com as quais se pudesse analisar mais objetivamente o currículo atual do curso.

Figura 3 – Categorias



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base no que foi apresentado na seção 4 e nos resultados obtidos com a técnica de *brainstorm*, foram, ainda, previstas 13 disciplinas com as quais a Arquivologia poderia se relacionar e que deveriam figurar no currículo (Quadro 3).

Quadro 3 – Relações interdisciplinares previstas

RI – Relações interdisciplinares
1- Ciência da Informação
2- História
3- Administração
4- Ciência da Computação
5- Contabilidade
6- Biblioteconomia
7- Museologia
8- Ciências Sociais
9- Comunicação
10- Diplomática
11- Paleografia
12- Direito
13- Notariado

Fonte: Dados da pesquisa.

b) fase 2: análise dos currículos

A partir das categorias estabelecidas no mapa conceitual, analisou-se cada uma das disciplinas da grade curricular existente na ECI/UFMG. A análise deu-se, basicamente, pelos títulos das disciplinas. Quando não era possível categorizar a disciplina, recorreu-se, também, às ementas. Cada disciplina foi classificada seguindo as 10 categorias estabelecidas na fase 1. E, ainda, pelas relações interdisciplinares possíveis, estabelecidas no Quadro 3. Dessa maneira, as disciplinas foram recebendo códigos, que seriam, em momento oportuno, contabilizados. Veja nos exemplos de categorizações abaixo:

Exemplo 1:

Disciplina: Arquivos Permanentes

Código: 6

Significado: a disciplina trata do conteúdo definido no mapa como “Arquivo Permanente”.

Exemplo 2:

Disciplina: Fundamentos da organização da informação

Código: RI (1,2)

Significado: a disciplina mantém relação interdisciplinar (RI) com a Ciência da Informação (1) e com a Biblioteconomia (2).

O produto final dessa fase foi uma “Tabela de análise das disciplinas”, cuja estrutura é apresentada no Quadro 4, abaixo:

Quadro 4 – Estrutura da Tabela de análise das disciplinas

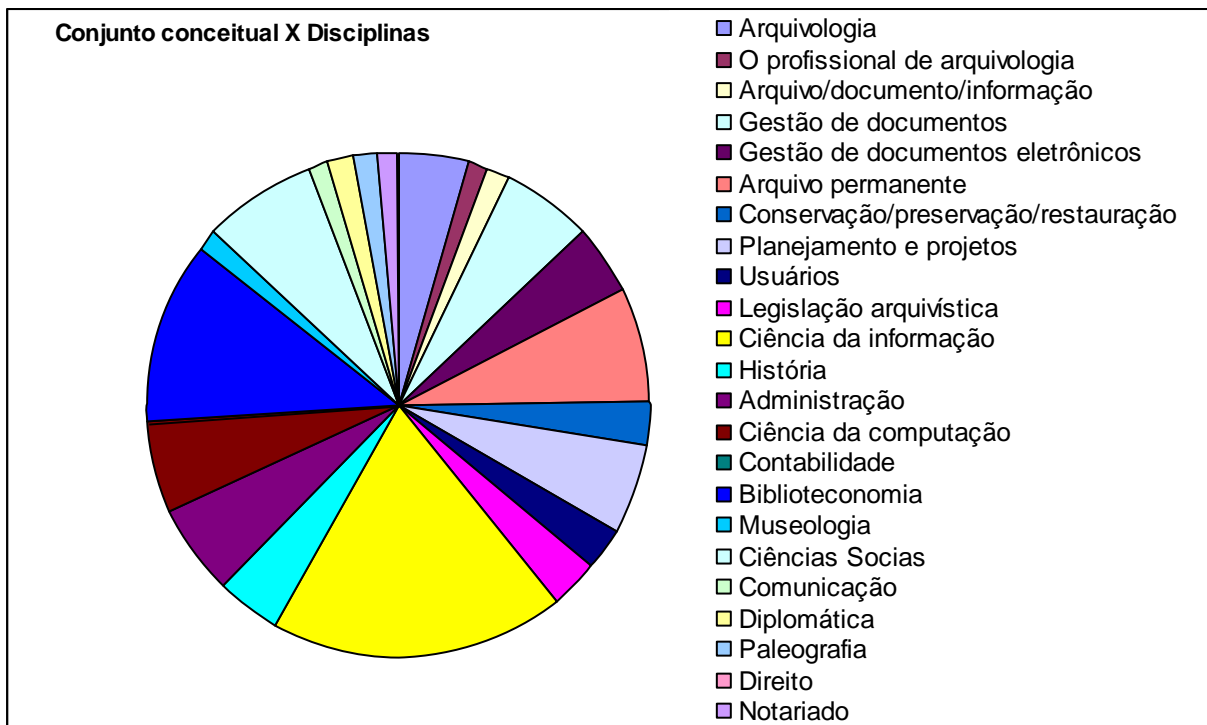
CAMPO DA TABELA	EXLICAÇÃO
Disciplina	Nome da disciplina como consta no currículo.
Código	Código da disciplina como consta no currículo.
Período	Período do curso ao qual a disciplina pertence. Quando se tratava de disciplina optativa, não vinculada a nenhum período específico, optou-se por colocar a seguinte sigla: DO
Categoria	Classificação com base no mapa conceitual e no Quadro de relações interdisciplinares.
Comentário	Algum comentário relacionado especificamente à disciplina analisada.
Observação geral	Comentários mais genéricos, relacionados ao conjunto de disciplinas, por exemplo, ou a alguma constatação que seria pertinente em outra fase da metodologia.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na análise do currículo existente do curso de Arquivologia da ECI/UFMG, somou-se o resultado por categoria e relação interdisciplinar e construíram-se tabelas e gráficos que retratassem os resultados.

Os resultados gerais foram apresentados mostrando-se: a distribuição de disciplinas por categorias e relações interdisciplinares; a distribuição de disciplinas obrigatórias por categorias e relações interdisciplinares; a distribuição de disciplinas optativas por categorias e relações interdisciplinares. O Gráfico 1, abaixo, apresenta os resultados gerais da distribuição de disciplinas por categorias e relações interdisciplinares do curso de Arquivologia da ECI/UFMG:

Gráfico 1 – Distribuição de disciplinas por categorias e relações interdisciplinares



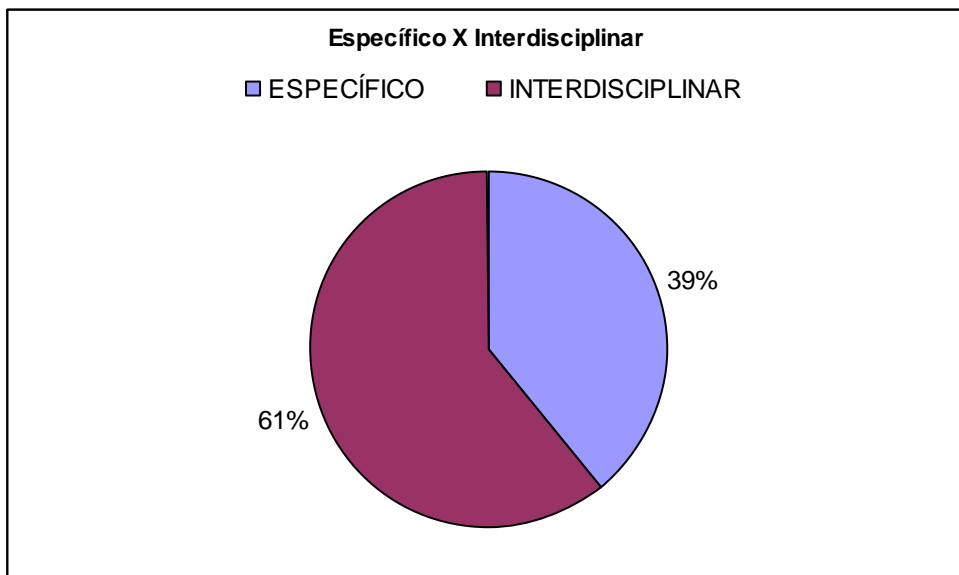
Fonte: Dados da pesquisa.

Por esse gráfico, e pelos demais que apresentaram os resultados gerais, foi possível verificar como as disciplinas específicas da Arquivologia estão sendo contempladas no curso e, principalmente, como as outras áreas, correlatas à Arquivologia, tem se distribuído no currículo.

Gráficos como esse podem registrar e servir de argumento à defesa de que o curso tem servido mais a outras áreas que propriamente à Arquivologia ou, ainda, não tem mencionado áreas correlatas importantes para a formação arquivística.

Os resultados comparativos foram apresentados em gráficos que retrataram: as disciplinas específicas, o que se denominou de “núcleo duro” da Arquivologia, relacionadas às disciplinas que representavam as relações interdisciplinares. O Gráfico 2 ilustra a comparação possível a partir da aplicação da metodologia:

Gráfico 2 – Disciplinas específicas (Arquivologia) X relação interdisciplinar

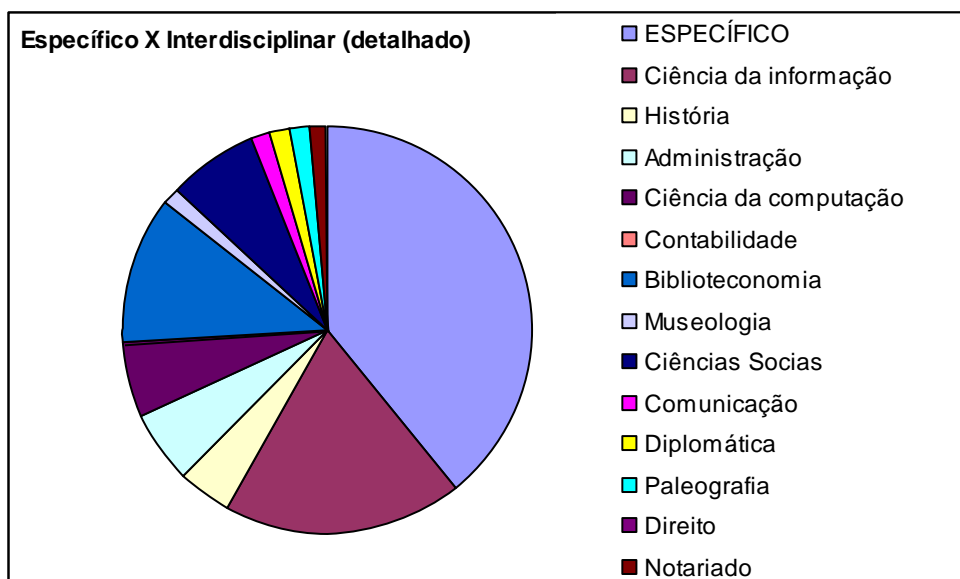


Fonte: Dados da pesquisa.

Do Gráfico 2 é possível inferir, por exemplo, que as temáticas específicas da Arquivologia tem sido menos tratadas, em detrimento de conteúdos de outras áreas.

Optou-se, ainda, por analisar as categorias específicas do “núcleo duro” e as relações interdisciplinares, de forma isolada, o que é possível ser visualizado no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Disciplinas específicas (Arquivologia) X relações interdisciplinares detalhadas



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise detalhada de cada um dos conjuntos de disciplinas pode auxiliar a “detecção de privilégios” no currículo existente, ou seja, a percepção de que algumas disciplinas correlatas têm sido privilegiadas em detrimento de outras tão ou mais importantes.

Uma vez realizada esta etapa, o produto final foi um diagnóstico do currículo existente. O mais importante foi sistematizar as informações que poderiam ser extraídas dos gráficos produzidos nessa fase, para subsidiar as discussões nas reuniões seguintes e em outras instâncias, quando for o caso. São esses gráficos que, muitas vezes, foram evidências de situações que já eram percebidas pelo senso comum e que fortaleceram argumentos para mudanças e adequações na grade curricular.

Aconselha-se, fortemente, a aplicação dos procedimentos desta fase em currículos de outras escolas, para que seja possível comparar os resultados e identificar a “performance” do currículo em questão. Gráficos mais harmônicos, que apresentam uma distribuição mais linear das temáticas específicas e de disciplinas relacionadas, podem apontar bons exemplos a serem seguidos. No entanto, não se deve deixar de lado as influências geográficas, econômicas e sociais que tanto interferem e determinam as formações curriculares.

No caso da ECI/UFMG, realizou-se, ainda, o estudo dos currículos de quatro cursos de Arquivologia brasileiros: UNIRIO, UFSM, UFF e UnB, porque eram as escolas mais antigas do país e, pressupunha-se, com um quadro mais amplo de vivência e experiências na área.

Ao final desta fase, produziu-se um diagnóstico do currículo atual da ECI/UFMG, com referências nacionais de estruturas curriculares e apontamentos para a reestruturação da grade de disciplinas.

c) fase 3: avaliação do currículo a ser reestruturado

A intenção desta fase era de que cada professor avaliasse individualmente o currículo existente, por meio de três ferramentas (questionários) que tinham por objetivo sistematizar as opiniões e sugestões dos professores envolvidos e preparar as pautas para as próximas reuniões. Com o preenchimento dos formulários foram identificadas: 1) as “disciplinas-

problema”; 2) possíveis sugestões de sequência de disciplinas; e 3) questões que mereceriam ser melhor discutidas.

As questões relacionadas no Questionário 1 apresentaram uma escala de mensuração de opiniões a respeito das disciplinas da grade existente. Foi solicitado a cada um dos professores que opinassem se a disciplina era adequada ao curso de Graduação em Arquivologia da ECI/UFMG.

O objetivo do questionário era levantar aquelas disciplinas "mais problemáticas", para direcionar as discussões sobre o currículo nas próximas reuniões. Dessa maneira, as discussões focaram somente as disciplinas, tanto optativas quanto obrigatórias, identificadas como discrepantes na grade curricular.

Tabela 1 – Adequação das disciplinas ao curso

Disciplinas	AV1	AV2	AVn	...	TOTAL	%
OB Arquivos permanentes	5	5	5	...	30	100
OB Avaliação de documentos arquivísticos	5	5	5	...	30	100
OB Diplomática	5	5	5	...	29	97
OB Avaliação de sistemas de informação	2	3	3	...	17	57
OP Pesquisa em ciência da informação	2	3	2	...	15	50
OP Tópicos em indexação da informação	1	2	2	...	15	50

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: As disciplinas marcadas em verde (as duas primeiras linhas), que atingiram 100% de aprovação, foram aquelas indiscutivelmente consideradas pertinentes ao curso; em amarelo (a terceira e a quarta linhas), aquelas que careciam de discussão e adequação; e as linhas em vermelho (as duas últimas linhas), aquelas que, de acordo com a avaliação dos professores, não deveriam permanecer no currículo.

Os resultados do questionário levaram em conta a pontuação indicada, para cada disciplina, pelos professores.

As questões relacionadas no Questionário 2 apresentaram uma escala de mensuração de opiniões a respeito dos períodos em que as disciplinas eram oferecidas. Foi solicitado a cada um dos professores que opinassem se a disciplina estava adequada ao período em que era ofertada¹¹. O objetivo desse questionário era levantar subsídios para adequação da oferta de disciplinas buscando uma melhor estrutura para o currículo.

¹¹ Para análise dos resultados do Questionário 2 descartaram-se aquelas disciplinas consideradas inadequadas para o curso.

Tabela 2 – Adequação das disciplinas ao período em que são ofertadas

Disciplinas obrigatórias	AV1	AV2	AVn	...	T	%
Usuários da informação	3	2	1	...	12	40
Fundamentos de ciência da informação	1	1	1	...	12	40
Teorias da organização	1	2	1	...	13	43
Gestão de unidades de informação	3	3	1	...	14	47
História administrativa do Brasil	2	1	1	...	14	47
Competência informacional	3	3	3	...	17	57
Diplomática	4	1	2	...	19	63

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: As disciplinas marcadas em vermelho foram aquelas que mais necessitavam ser realocadas na grade curricular e aquelas em amarelo puderam também ter a ordem de oferta modificada. As verdes, caso aparecessem, seriam aquelas cuja oferta estava no período correto.

Os itens relacionados no Questionário 3 apresentavam as disciplinas passíveis de serem oferecidas como optativas. Foi solicitado a cada um dos professores que assinalasse aquelas disciplinas optativas que poderiam vir a se tornar disciplinas obrigatórias.

Tabela 3 – Disciplinas optativas que poderiam se tornar obrigatórias

Disciplinas optativas	AV1	AV2	AVn	...	TOTAL
Avaliação de sistemas de informação	0	0	0	...	0
Gestão da informação e do conhecimento	0	0	0	...	0
Informação e cidadania	1	0	0	...	1
Informação e democracia	1	0	0	...	3
Paleografia	1	1	1	...	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: As disciplinas em vermelho (duas primeiras linhas) não deveriam ser transformadas em obrigatórias. Aquelas em amarelo poderiam ser transformadas em obrigatórias, caso o grupo assim concordasse, e aquelas em verde (última linha) representam o consenso do grupo.

Mais uma vez criou-se um “*ranking*” daquelas disciplinas que, embora fossem ofertadas como optativas, deveriam ser obrigatórias. Os professores analisaram conjuntamente os resultados e decidiram quais disciplinas optativas transformariam-se em obrigatórias.

Ao final desta fase tinha-se uma lista das disciplinas pertinentes, um indicativo da ordem de oferta dessas disciplinas e um rol de disciplinas optativas que seriam ofertadas como obrigatórias.

d) fase 4: oficinas para criação de propostas curriculares

De posse de todos os dados obtidos nas etapas anteriores, os professores reuniram-se em dois grupos e elaboraram duas propostas curriculares para o curso.

Cada grupo recebeu uma pasta contendo: as categorias de análise (mapa conceitual); o quadro geral de disciplinas existentes; as diretrizes curriculares do MEC; os resultados obtidos nas fases 2 e 3 dessa metodologia; os estudos realizados com os currículos de outros cursos de Arquivologia; e o formulário eletrônico para a construção da proposta, contendo os seguintes campos a serem preenchidos: período, nome da disciplina, classificação (optativa ou obrigatória), competência a ser desenvolvida (de acordo com as diretrizes curriculares), o conteúdo (formação geral ou específica, também determinado nas diretrizes curriculares), e, por fim, se a disciplina estabelecia alguma relação com outro curso da ECI/UFMG (Biblioteconomia e Museologia).

Os produtos desta fase foram duas propostas curriculares, consolidadas na etapa seguinte.

e) fase 5: oficina de consolidação das propostas

As duas propostas curriculares produzidas nas oficinas da fase 4 foram comparadas e, após algumas reuniões e extensas discussões de todos os professores do curso, consolidou-se uma única proposta para a grade curricular da ECI/UFMG.

f) fase 6: análise da proposta em relação à legislação de ensino

A proposta consolidada na fase 5 foi analisada de acordo com as seguintes normas:

- Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da ECI/UFMG;
- diretrizes curriculares nacionais e toda a legislação federal referente ao ensino superior;

- pareceres do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior; e
- resoluções da UFMG referentes às diretrizes curriculares internas, à implantação de flexibilização dos currículos de graduação, aos procedimentos relativos aos estágios em cursos de graduação;
- Estatuto e Regimento Interno da UFMG;
- Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG.

Esta fase não foi finalizada. Uma análise da proposta deverá ser feita de forma mais acurada, tanto em relação às normas supracitadas quanto por parte de outras instâncias de avaliação da UFMG e do país.

5 Considerações finais

A metodologia apresentada mostrou-se benéfica, sobretudo, pela otimização das reuniões. Através dos procedimentos metodológicos apresentados, foi possível definir antecipada e adequadamente as pautas dos encontros, as dinâmicas utilizadas durante o processo e os encaminhamentos para as próximas reuniões. Além disso, mostrou-se bastante objetiva, permitindo a participação de cada um dos professores envolvidos, que puderam opinar, sugerir e criticar. Proporcionou, também, o trabalho em grupo, de maneira que não é possível definir que a opinião, sugestão ou crítica pertence a determinado integrante do grupo. Destaca-se a fase 5, em que todos puderam manifestar-se e registrar a maneira como concebiam a grade curricular do curso de Arquivologia para a ECI/UFMG.

Dessa maneira, a metodologia permitiu, ao mesmo tempo, o anonimato e a construção coletiva, alcançando-se mais facilmente o consenso, mesmo que houvesse muitas discussões e debates. Os instrumentos utilizados em nenhum momento substituíram a defesa apaixonada de pontos de vista, a polêmica e o exame minucioso de cada uma dessas questões, tão comuns nas reuniões de reestruturação curricular. Esse procedimento culminaram em um produto do qual não se pode estabelecer um proprietário, a não ser o próprio grupo.

Cabe ainda ressaltar outros benefícios da metodologia aqui apresentada: a flexibilidade e o seu poder de comparação. A qualquer momento, o mesmo currículo poderá ser reavaliado,

incorporando-se à metodologia novos instrumentos ou fases, e, da mesma forma, outros currículos da área poderão ser avaliados e comparados. Nada impede, inclusive, que a mesma metodologia seja aplicada a outras áreas do conhecimento, logicamente com as adequações necessárias quanto às exigências epistemológicas e pragmáticas inerentes a cada uma delas.

Algumas questões podem ser sugeridas como melhorias e, dentre elas, vale destacar que a participação do discente não foi considerada em nenhuma das fases e se sabe que o aluno é um ator muito importante no processo de reestruturação curricular. Além disso, é necessária a incorporação de uma fase de motivação para os professores que estarão envolvidos na aplicação da metodologia, com a intenção de que entendam melhor as etapas e que se sintam mais tranquilos para partilhar suas opiniões, julgamentos e reflexões. Sabe-se que o envolvimento e o comprometimento variam de acordo com o indivíduo, mas é sempre importante estimular a participação de todos.

Permanece, ainda, o desafio de levar a proposta do grupo docente às demais instâncias educativas (Colegiado, Congregação, Pró-reitoria de Graduação, Ministério da Educação e outras) e dar cabo do processo para que, cada vez mais e sempre, o currículo de Arquivologia atenda às demandas educacionais, sociais, políticas, econômicas e geográficas que o contextualizam.

Agradecimento

Nosso agradecimento especial à Tatiane Krempser Gandra, doutoranda do curso de Ciência da Informação da UFMG, pelo apoio incondicional à execução da metodologia.

6 Referências

ALVARENGA, L.; ARAÚJO, C. A. Á.; LOURENÇO, C. A. *Projeto pedagógico do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG*. Belo Horizonte, 2008. 27 f. Não publicado.

ARAUJO, N. C. de; BARTALO, L.; LUNARDELLI, R. S. A. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

BAHIA, E. M. dos S.; SOUZA, F. das C.; BLATTAMAN, U. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

BARRANCOS, J. E. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

BIZELLO, M. L.; MADIO, T. C. C. O Curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 nov. 1995.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *REUNI- Reestruturação e expansão das Universidades Federais*: diretrizes gerais. Ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

BRITO, R. Z. L. de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

CASTANHO, D. M.; SILVA, R. B. P. da. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano 22, n. 75, ago. 2011.

CASTRO, A. M. *Arquivo no Brasil e na Europa*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973.

_____. *Arquivologia: sua trajetória no Brasil*. Brasília: Stilo, 2008.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 15 a 20 de outubro de 1972. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AAB, 1972.

CONRADO, F. H.; TEIXEIRA, M. do R. F. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.;

RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. São Paulo: Finatec, 1999.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREIXO, A. L. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, R. M. de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MALVERDES, A.; MORAES, M. F. D. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARIZ, A. C. Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.) *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

MARIZ, A. C. A.; SILVA, S. C. A. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do [Estado do] Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPE. Câmara de Graduação. *Parecer n. 304/2008*. Belo Horizonte, 2 out. 2008.

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Escola de Ciência da Informação. *Projeto pedagógico do curso de arquivologia*. Belo Horizonte, 2011. 181 f. Não publicado.

PAIVA, M. de A. M. de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

RIFKEN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron, 1995 *apud* CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.;

DOURADO, L. F. Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano 22, n. 75, ago. 2011.

RODRIGUES, A. C.; FIGUEIREDO, G. da R. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

SCHIAVON, C. G. B.; SILVA, R. de C. P. da. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). In: MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.

SILVA, W. A. *Zonas interdisciplinares entre a arquivologia e a ciência da informação: cartografia das práticas discursivas*. 2009. 254f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, W. A. *Retrospectiva da Arquivística brasileira no século XX*. 2002. 100 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002.

SOUZA, K. I. M. de. *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, R. R. Uma experiência de uso de mapas conceituais para avaliação de conhecimentos. [200-?]. Disponível em:
<<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/smsi/2005/009.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.